



Despacho n.º 93/13/MEF

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA,  
AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
Ministério das Finanças

Aprovo &amp; Homologo

Vitor Gaspar

01/04/2013

VITOR GASPAR

Ministro de Estado e das Finanças

Exmo. Senhor

Dr. Pedro Machado

Chefe do Gabinete de S. Exa.

Ministro de Estado e das Finanças

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS	
Entrada n.º	2458 de 170413
Proc.º	04.02.01 Dip. _____

Sua referência:	Sua comunicação de:	Nossa referência:	Nossa comunicação de:
		98-OFC-DSPCG-2013	15-04-2013
ASSUNTO:	Relatório de Atividades do GPEARi de 2012.		

Nos termos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, junto se remete, para aprovação e homologação, o Relatório de Atividades do GPEARi de 2012, o qual integra a autoavaliação do serviço.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor-Geral

(Hélder Reis)

Por determinação de S.E. o Ministro de Estado e das Finanças, ao Gabinete de S.E.	
o SEO, SET, SEF, SEAF e SEAP, para parecer prévio.	
18/4/13	Chefe do Gabinete
C/C G.NEF. R.SP	RSP
PEDRO MACHADO	

2012



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

NOTA INTRODUTÓRIA | AUTOAVALIAÇÃO | EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES |  
PERSPETIVA DE GÉNERO NO GPEAR | CONCLUSÕES PROSPETIVAS | ANEXOS

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

15 DE ABRIL DE 2013

## Ficha Técnica

---

### Título

Relatório de Atividades do GPEARI - 2012

### Data de finalização

15 de abril de 2013

### Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique nº1 – 1<sup>o</sup>

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 218823396

Fax: +351 218823399

URL: <http://www.gpearl.min-financas.pt>

---

## Índice

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL.....	4
<b>I. O GPEARI .....</b>	<b>7</b>
<b>II. AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
II.1. QUAR 2012 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS .....	10
II.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2012 .....	26
II.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO .....	27
II.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO .....	27
II.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	29
II.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2012 .....	31
II.7. RECURSOS HUMANOS .....	48
II.8. RECURSOS FINANCEIROS .....	49
II.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO .....	51
<b>III. ANÁLISE DA PERSPETIVA DE GÉNERO NO GPEARI .....</b>	<b>52</b>
<b>IV. CONCLUSÕES PROSPETIVAS .....</b>	<b>54</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>55</b>
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS .....	56
A2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO .....	59
A3. QUADROS DO BALANÇO SOCIAL .....	60
A4. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2012 (EM EUROS) .....	63



## Índice de Quadros

Quadro 1 – Monitorização do Indicador 2 do QUAR.....	13
Quadro 2 – Contributos e Documentos técnicos elaborados em 2012 .....	15
Quadro 3 – Taxa de execução dos programas integrados de cooperação e assistência técnica.....	17
Quadro 4 – Avaliação da Satisfação com as ações de formação dos PICATFin.....	18
Quadro 5 – Avaliação da Satisfação com as iniciativas de promoção da internacionalização da economia nacional .....	19
Quadro 6 – N.º de publicações e relatórios estatísticos .....	20
Quadro 7 – Variação do valor médio dos pagamentos de deslocações e estadas .....	21
Quadro 8 – Ações de formação .....	22
Quadro 9 – Atividades da Unidade de Política Económica .....	31
Quadro 10 - Atividades da Direção de Serviços de Cooperação e Instituições.....	37
Quadro 11 - Atividades da Direção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão.....	42
Quadro 12 - Atividades da Direção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação .....	46
Quadro 13 - Recursos Humanos relativos a 2012 .....	48
Quadro 14 - Recursos Financeiros relativos a 2012 .....	49

## Índice de Figuras

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI 2012.....	9
Figura 2. QUAR 2012 .....	10
Figura 3. Satisfação média da aplicação do SIADAP1.....	16
Figura 4. Satisfação média global dos Utilizadores .....	25
Figura 5. Satisfação média global dos Colaboradores.....	28

## MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

A atividade do GPEARI em 2012 foi em grande medida influenciada pelo contexto económico que o país e a Europa atravessam, situação que se tem traduzido em exigências adicionais nem sempre possíveis de antever aquando do planeamento das atividades do GPEARI. Neste contexto, ao longo do ano, e sem por em causa o cumprimento das atribuições, as prioridades foram redesenhadas no sentido de dar resposta às solicitações dirigidas ao GPEARI.

No âmbito da prestação de apoio à condução da política económica, o GPEARI manteve o seu empenho no acompanhamento da evolução dos agregados macroeconómicos nacionais relevantes bem como no acompanhamento e monitorização da política orçamental, através da melhoria dos instrumentos analíticos e de previsão. Neste contexto, é de destacar a participação nos trabalhos associados aos exames regulares do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro assinado em maio de 2011, bem como às missões de apoio técnico, não estando estas últimas previstas no Plano de Atividades para 2012.

No plano europeu, o ano de 2012 foi marcado pela intensificação da crise da dívida soberana que motivou uma intensificação dos trabalhos conducentes ao reforço da governação económica e da integração financeira, bem como do aumento de exercícios de supervisão multilateral, os quais geraram a necessidade de um envolvimento crescente por parte do GPEARI, nestes domínios.

Assim, durante 2012 foi prosseguido o trabalho iniciado no ano anterior relativo à negociação de dois novos Regulamentos europeus orientados para a coordenação dos planos orçamentais dos estados-membros da área do euro e para o reforço da supervisão económica e orçamental dos estados-membros da área do euro afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira.

São ainda de salientar os trabalhos desenvolvidos pelo GPEARI relativos à implementação das regras acordadas em 2011 referentes ao reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento e dos enquadramentos orçamentais nacionais, bem como da supervisão e correção de desequilíbrios macroeconómicos.

Em termos de integração financeira, domínio em que o GPEARI tem igualmente vindo a participar ativamente, destaca-se o arranque do projeto da União Bancária, bem como a prossecução dos trabalhos conducentes à reforma da supervisão e regulação do setor financeiro da UE, iniciada após a

crise de 2007/2008, e que inclui compromissos assumidos no seio do G20. Assumiram particular relevância as negociações relativas ao Mecanismo Único de Supervisão, à regulação do setor bancário (Diretiva e Regulamento sobre Requisitos de Capital - CRD IV - e Diretiva sobre a Recuperação e Resolução Bancária - BRR) e os acordos alcançados quanto ao Regulamento sobre Infraestruturas de Mercado - EMIR - e à revisão do Regulamento das agências de *rating*.

No que se refere às atividades no âmbito do Banco Europeu de Investimento (BEI), salienta-se a continuação dos trabalhos da Comissão de Coordenação e Supervisão do Empréstimo-Quadro contratado entre o BEI e a República Portuguesa, presidida pelo Diretor-Geral do GPEARi, com o objetivo de apoiar a economia portuguesa através do financiamento de operações aprovadas para cofinanciamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Esta Comissão aprovou em 2012 a afetação da quase totalidade da primeira tranche do referido empréstimo, no montante de 450 milhões de euros, tendo dado início aos trabalhos de afetação da segunda tranche, cujo montante total ascende a 600 milhões de euros.

Não obstante o atual contexto económico e financeiro, que marcou a atividade do Gabinete, é importante destacar o grande dinamismo da participação do GPEARi a nível das relações internacionais, nomeadamente no acompanhamento, quer da vertente das instituições financeiras internacionais (IFI) vocacionadas para o desenvolvimento, quer a nível das relações bilaterais com os principais parceiros da cooperação portuguesa.

Devido ao contexto interno, ao longo de 2012 assistiu-se a uma crescente procura por parte do sector empresarial português de formas alternativas de financiamento dos seus planos de internacionalização, o que levou a um acréscimo da atividade do Grupo de Trabalho das Multilaterais Financeiras, potenciado também pelo aumento da sua visibilidade.

Neste âmbito, destacam-se duas linhas de trabalho complementares: por um lado, a aposta na organização de seminários temáticos dedicados às principais Instituições Financeiras Internacionais (IFI) de que Portugal é membro e com as quais se pretende potenciar as oportunidades de negócio para as empresas e investidores nacionais; e, por outro, um enfoque especial na produção de conteúdos informativos relativamente ao mercado das IFI, consubstanciada na produção e publicação de dois Guias práticos sobre estes mercados.

Estes Guias pretendem responder à procura, por parte das empresas e consultores, de informação útil sobre as oportunidades de negócio nas multilaterais financeiras e fornecem conselhos práticos sobre como abordar estas instituições. São, ainda, um excelente instrumento de aproximação das empresas

portuguesas às multilaterais financeiras e de promoção de um fluxo de informação que possa fortalecer os planos de internacionalização das mesmas nos mercados dos países emergentes e em desenvolvimento.

Relativamente aos seminários organizados, destacam-se o *Business Opportunity Seminar* com o Banco Asiático de Desenvolvimento, com o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, com o Banco Europeu de Investimento e com o Grupo do Banco Mundial.

No plano bilateral, é de destacar: i) a assinatura do Memorando de Entendimento relativo ao estabelecimento de um novo Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin – 2012/2015) com Angola, no âmbito da visita oficial do Senhor Ministro de Estado e das Finanças àquele país, ii) o envolvimento ativo na preparação de conteúdos para as Cimeiras Luso-Espanhola e Luso-Cabo-Verdiana, bem como iii) a preparação de diversas visitas oficiais e encontros de Membros do Governo com representantes de países relevantes para a economia nacional.

Em termos de gestão orçamental do GPEARi, de destacar o esforço que tem vindo a ser feito relativo à gestão dos recursos financeiros no sentido de permitir poupanças e, por essa via, dar o seu contributo para os objetivos orçamentais globais. Assim, em 2012, registou-se uma poupança de cerca de 380 mil euros o que representa cerca de 15% relativamente à dotação orçamental atribuída ao GPEARi.

Em jeito de conclusão resta-nos agradecer o empenhamento, dedicação e o elevado sentido de responsabilidade, no atual contexto adverso, dos colaboradores do GPEARi, sem o qual o cumprimento da missão teria sido posto em causa. A todos muito obrigado.

O Diretor-Geral



Helder Reis



## ATRIBUIÇÕES<sup>1</sup>

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do Ministério e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do Ministério;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Assegurar a elaboração das Grandes Opções do Plano, em articulação com os departamentos competentes dos demais ministérios;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério;
- Coordenar a atividade do Ministério no âmbito das relações bilaterais, europeias e multilaterais;
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços no âmbito do Ministério, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do MF que careçam de regulamentação;
- Coordenar a transposição de diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF.

<sup>1</sup> Artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de Agosto.

## I. O GPEARI

### MISSÃO

Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

### VISÃO

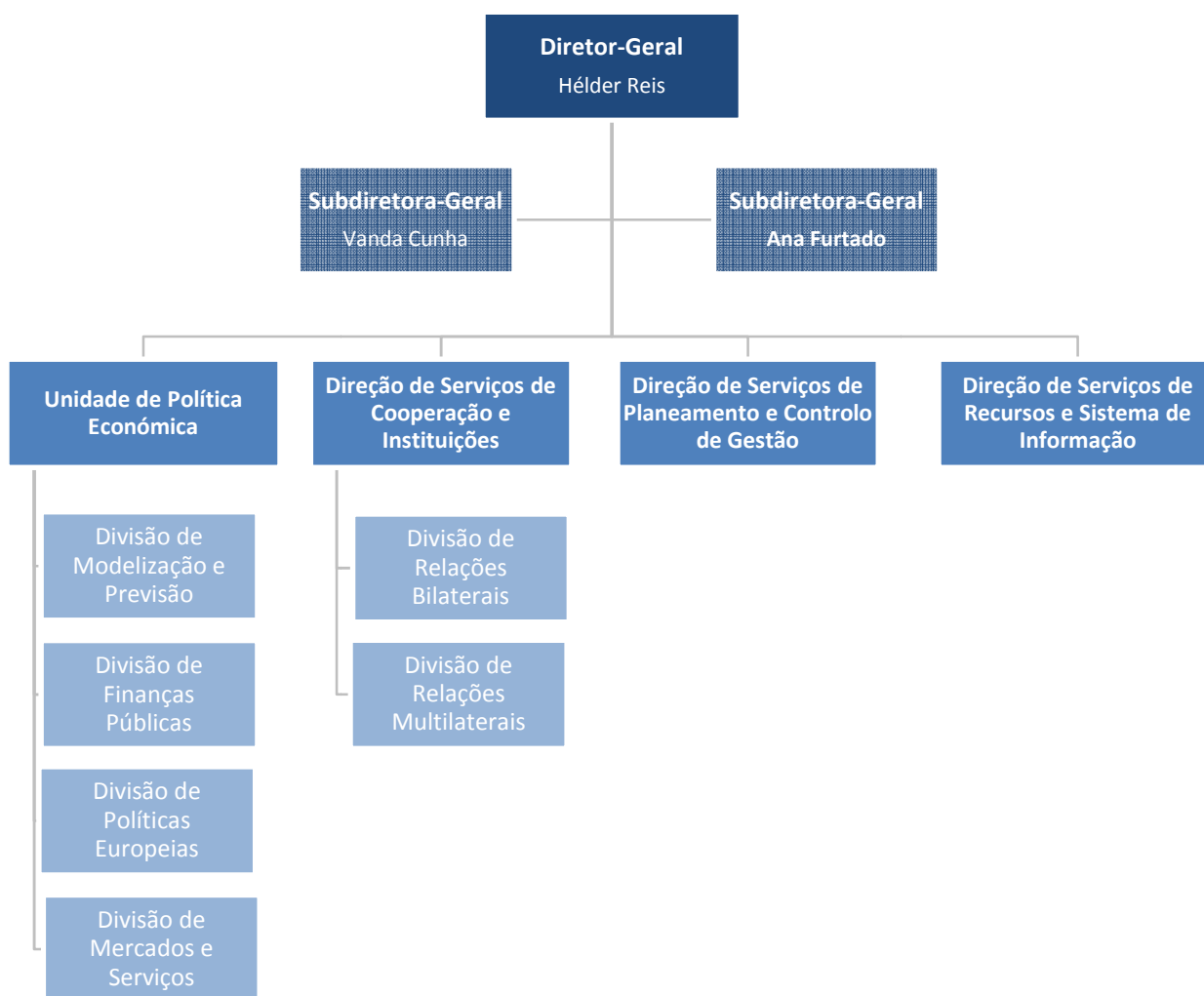
- Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão;
- Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças;
- Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores.

### VALORES

- Criatividade e partilha do saber:  
*Promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARi.*
- Excelência e profissionalismo:  
*Adotando uma cultura de autocrítica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas.*
- Rigor e Integridade:  
*Garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada.*
- Responsabilidade e sentido de dever:  
*Definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal.*

## ESTRUTURA ORGÂNICA

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI 2012



## II. AUTOAVALIAÇÃO

### II.1. QUAR 2012 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

Tendo por base os objetivos estratégicos que nortearam a atividade do GPEARi em 2012, apresentam-se os resultados alcançados e os desvios verificados face ao previsto no QUAR.

Figura 2. QUAR 2012

QUAR 2012										
Ministério das Finanças										
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais										
Objectivos Estratégicos										
OE 1. Garantir o apoio técnico à formulação, execução e avaliação de políticas do Ministério das Finanças										
OE 2. Assegurar as atividades do Ministério das Finanças, em matéria de cooperação, nas vertentes bilateral e multilateral										
OE 3. Prestar apoio técnico no âmbito do sistema de avaliação de serviços										
OE 4. Assegurar a produção e difusão de informação										
Objectivos Operacionais										
EFICÁCIA										
INDICADORES	2009	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
<b>O1. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF</b>										
35%										
Ind 1. Nº de documentos de política económica e policy papers elaborados	-	-	7	12	2	40	50%	18	105%	Superou
Ind 2. Número de reuniões asseguradas	-	-	287	320	30	400	50%	456	143%	Superou
<b>O2. Reforçar a criação de instrumentos de planeamento e de monitorização de políticas e programas e fomentar a harmonização de metodologias no âmbito da avaliação de desempenho de serviços</b>										
15%										
Ind 3. Nº de contributos e documentos técnicos elaborados	-	-	41	37	5	55	50%	34	100%	Atingiu
Ind 4. Grau de satisfação dos serviços avaliados (escala de 1 a 5)	-	-	3,7	3,8	0,3	5	50%	3,8	100%	Atingiu
<b>O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa</b>										
20%										
Ind 5. Grau de execução médio dos Programas de Cooperação e Assistência Técnica	55%	49%	61%	50%	5%	100%	60%	77%	114%	Superou
Ind 6. Grau de satisfação com as ações de formação dos PICATFin (escala de 1 a 5)	-	-	4,30	4,45	0,05	5	40%	4,27	97%	Não atingiu
<b>O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, potenciando a participação nas Instituições Financeiras Internacionais</b>										
20%										
Ind 7. Nº contratos de procurement adjudicados a empresas portuguesas	-	19	12	13	3	25	40%	21	117%	Superou
Ind 8. Grau de satisfação com as iniciativas de promoção da internacionalização da economia nacional (escala de 1 a 5)	-	-	-	3,8	0,3	5	60%	4,34	111%	Superou
<b>O5. Garantir a disponibilização atempada de informação</b>										
10%										
Ind 9. Nº de publicações e relatórios estatísticos	-	-	280	310	10	400	100%	329	105%	Superou
EFICIÊNCIA										
INDICADORES	2009	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
<b>O6. Melhorar a gestão dos recursos afetos ao funcionamento do serviço</b>										
50%										
Ind 10. Percentagem redução dos custos com estadias e deslocações no âmbito do Acordo Quadro da Unidade Ministerial de Compras	-	-	-	3%	2,0%	30%	100%	12%	108%	Superou
<b>O7. Desenvolver as competências dos colaboradores</b>										
50%										
Ind 11. Percentagem de colaboradores que frequentem, pelo menos, uma ação de formação no período 2011-2013 (% cumulativa)	-	61%	43%	60%	5,00%	100%	100%	67%	105%	Superou
QUALIDADE										
INDICADORES	2009	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
<b>O8. Promover a projeção externa do GPEARi</b>										
100%										
Ind 12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	-	-	-	3,9	0,3	5	50%	5	125%	Superou
Ind 13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4	3,9	3,95	4,1	0,1	5	50%	4,1	100%	Atingiu



#### Monitorização (Avaliação Final)

Taxa de Realização dos Objectivos			
	Planeado	Realizado	Classificação
<b>Eficácia</b>	<b>100%</b>	<b>102,5%</b>	<b>Superou</b>
O1. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	100%	123,9%	Superou
O2. Reforçar a criação de instrumentos de planeamento e de monitorização de políticas e programas e fomentar a harmonização de metodologias no âmbito da avaliação de desempenho de serviços	100%	100,0%	Atingiu
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	100%	107,0%	Superou
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, potenciando a participação nas Instituições Financeiras	100%	113,5%	Superou
O5. Garantir a disponibilização atempada de informação	100%	105,3%	Superou
<b>Eficiência</b>	<b>100%</b>	<b>106,4%</b>	<b>Superou</b>
O6. Melhorar a gestão dos recursos afetos ao funcionamento do serviço	100%	108,2%	Superou
O7. Desenvolver as competências dos colaboradores	100%	104,7%	Superou
<b>Qualidade</b>	<b>100%</b>	<b>112,5%</b>	<b>Superou</b>
O8. Promover a projecção externa do GPEARi	100%	113%	Superou
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL</b>	<b>100%</b>	<b>106,3%</b>	<b>Bom</b>

Taxa de Realização Parâmetros				
	Planeado	Realizado	Classificação	Objectivos mais relevantes
<b>Eficácia</b>	<b>50%</b>	<b>51,2%</b>	<b>Superou</b>	
O1. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas	35%	43,4%	Superou	0,18
O2. Reforçar a criação de instrumentos de planeamento e de monitorização de políticas e programas e fomentar a	15%	15,0%	Atingiu	0,08
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	20%	21,4%	Superou	0,10
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, potenciando a participação nas Instituições Financeiras Internacionais	20%	22,7%	Superou	0,10
O5. Garantir a disponibilização atempada de informação	10%	10,5%	Superou	0,05
<b>Eficiência</b>	<b>20%</b>	<b>21,3%</b>	<b>Superou</b>	
O6. Melhorar a gestão dos recursos afetos ao funcionamento do serviço	50%	54,1%	Superou	0,10
O7. Desenvolver as competências dos colaboradores	50%	52,3%	Superou	0,10
<b>Qualidade</b>	<b>30%</b>	<b>33,8%</b>	<b>Superou</b>	
O8. Promover a projecção externa do GPEARi	100%	112,5%	Superou	0,30
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL</b>	<b>100%</b>	<b>106,3%</b>	<b>Bom</b>	<b>0,68</b>

Recursos Humanos						
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS Efetivos	REALIZADOS (junho)	REALIZADOS (setembro)	REALIZADOS FINAL	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior	20	3	2	3	3	0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	10	6	7	5	-5
Técnico Superior	12	34	27	25	29	-5
Coordenador Técnico	9	2	2	2	2	0
Informáticos	9	3	3	3	3	0
Assistente Técnico	8	2	2	2	1	-1
Assistente Operacional	5	1	1	1	1	0
<b>Total</b>		<b>55</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>44</b>	<b>-11</b>

Nº de Efectivos no Organismo	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	30-06-2012	30-09-2012	31-12-2012
Nº de efectivos a exercer funções no GPEARi	44	44	41	55	43	43	44

Recursos Financeiros							
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	INICIAL	CORRIGIDO	EXEC 1ºs	EXEC 3ºT	EXECUÇÃO FINAL	SALDO
<b>Total GPEARi</b>							

<b>Orçamento de funcionamento</b>	<b>3.660.000</b>	<b>3.440.343</b>	<b>2.447.729</b>	<b>958.694</b>	<b>1.414.792</b>	<b>2.061.977</b>	<b>385.753</b>
Despesas c/Pessoal	2.766.484	2.546.827	1.770.340	797.266	1.176.233	1.611.638	158.702
Aquisições de Bens e Serviços	721.016	721.016	542.482	156.978	233.119	358.727	183.755
Outras despesas correntes	91.500	87.188	0	0	0	0	0
Despesas de capital	51.000	53.387	102.982	0	0	89.019	13.964
Subsídios	30.000	31.925	31.925	4.450	5.440	2.593	29.332
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>3 660 000</b>	<b>3 440 343</b>	<b>2 447 729</b>	<b>958 694</b>	<b>1 414 792</b>	<b>2 061 977</b>	<b>385 753</b>

<b>Funcionamento - Geral</b>	<b>1.780.000</b>	<b>1.624.426</b>	<b>1.357.616</b>	<b>540.022</b>	<b>831.076</b>	<b>1.155.489</b>	<b>202.127</b>
Despesas com pessoal	1.424.085	1.268.511	1.100.153	481.075	742.316	1.012.502	87.651
Aquisição de bens e serviços	260.415	260.415	234.481	58.947	88.760	133.661	100.820
Outras despesas correntes	44.500	42.113	0	-	-	-	-
Despesas de capital	51.000	53.387	22.982	-	-	9.326	13.656
<b>Funcionamento - Cooperação</b>	<b>1.880.000</b>	<b>1.815.917</b>	<b>1.090.113</b>	<b>418.672</b>	<b>583.716</b>	<b>906.488</b>	<b>183.626</b>
Despesas com pessoal	1.342.399	1.278.316	670.187	316.191	433.917	599.136	71.051
Aquisição de bens e serviços	460.601	460.601	308.001	98.031	144.359	225.066	82.935
Subsídios	30.000	31.925	31.925	4.450	5.440	2.593	29.332
Outras despesas correntes	47.000	45.075	0	-	-	-	-
Despesas de capital	-	0	80.000	-	-	79.693	308

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO
	50%	51,2% <b>Superou</b>

O1. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF	PLANEADO	EXECUTADO
	35%	43,4%

INDICADORES		2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND. 1	Nº de documentos de política económica e policy papers elaborados	7	[10;14]	50%	40	18	105% <b>Superou</b>

Para o apuramento do indicador 1, que inclui os documentos de política económica e policy papers elaborados, foram incluídos os trabalhos realizados nos seguintes âmbitos:

- Coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como, as Grandes Opções do Plano, o Documento de Estratégia Orçamental, o Relatório do Orçamento do Estado e o Programa Nacional de Reformas;
- Análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas;
- Elaboração de *policy papers* sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério.

INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2. Número de reuniões asseguradas	287	[290;350]	50%	400	456	143% Superou

O indicador 2 reflete a representação e/ou preparação de reuniões por parte do GPEARi, estando prevista a realização de entre 290 a 350 reuniões durante o ano de 2012, Não obstante o esforço de previsão do número de reuniões em que o GPEARi participa e/ou prepara, em 2012, a meta foi largamente ultrapassada, sem que a monitorização relativa ao terceiro trimestre (setembro de 2012) o fizesse prever. Foi inclusive ultrapassado o valor crítico estabelecido (400), verificando-se um total de 456 reuniões, o que representa um aumento de quase 60% face a 2011.

**Quadro 1 – Monitorização do Indicador 2 do QUAR**

Número de reuniões asseguradas		
RESULTADO	Até Junho	237
	Até Setembro	316
	Final	456

Do conjunto total de reuniões nas quais o GPEARi tem a responsabilidade de representação e/ou preparação estavam previstas cerca de 240 *Reuniões Comunitárias*. Este valor previsto foi ultrapassado em mais de 100 reuniões, essencialmente devido às reuniões do *Grupo Serviços Financeiros* em que se registou a representação ou preparação de mais 60 reuniões do que o expectável (84).

Das *Reuniões Comunitárias* fazem parte os encontros nos seguintes fóruns:

- Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares, suplentes e Subcomité relativo à coordenação europeia das questões do FMI), Briefings com as Embaixadas dos estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa e Conselho Europeu;
- Comité de Política Económica a respetivos Grupos de Trabalho (*Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Economic Forecasts*)
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros, GEGFRS, EFIR);

- Banco Europeu de Investimento (Conselho de Administração e Conselho de Governadores);
- EUROMED, ASEM e Tribunal de Justiça da União Europeia.

Nas *Reuniões Internacionais* não se registou um desvio assinalável pois estavam previstas 13 reuniões e o GPEARi participou em 16, nos seguintes âmbitos:

- Reuniões no âmbito do Artigo IV do FMI;
- OCDE (Comité de Política Económica, Comité de Mercados Financeiros, Reunião Ministerial, Comité Executivo em Sessão Especial, Country Review, e outros Grupos de Trabalho –Exame ao Luxemburgo, Outros);
- Organização Mundial do Comércio (Comité do Comércio de Serviços Financeiros);
- Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Conselho de Administração).

Por fim, as *Reuniões Nacionais*, que decorrem em Portugal, com a participação de entidades nacionais e internacionais. Para 2012, a previsão de realização foi de 68 reuniões tendo ocorrido 77, registando-se a maior diferença nas reuniões previstas com a Troika - União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. As *Reuniões Nacionais* foram as seguintes:

- Missões da Troika - União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.
- Grupo sobre o Endividamento;
- Grupo sobre as Condições Financeiras para a Internacionalização;
- Reuniões com o Banco de Portugal;
- Reuniões com agências de *rating* e investidores;
- Conselho Económico e Social;
- INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN e CT C.S. Saúde);
- Reuniões da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE) a nível técnico, preparação das reuniões da CIAE a nível político, reuniões da Subcomissão CIAE para o Mercado Interno e outras reuniões de coordenação interministerial.



02. REFORÇAR A CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE MONITORIZAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS E FOMENTAR A HARMONIZAÇÃO DE METODOLOGIAS NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS						PLANEADO	EXECUTADO
						15%	<b>15% Atingiu</b>
INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO	
<b>IND. 3</b> <b>Número de contributos e documentos técnicos elaborados</b>	<b>41</b>	<b>[32;42]</b>	<b>50%</b>	<b>55</b>	<b>34</b>	<b>100% Atingiu</b>	

Para 2012, fixou-se como meta a realização de um conjunto de documentos ou contributos entre 32 e 42, estabelecendo-se como valor crítico a realização de 55 documentos.

A meta estabelecida para este indicador foi cumprida, tendo sido realizados 34 contributos e documentos técnicos que tiveram a seguinte distribuição:

**Quadro 2 – Contributos e Documentos técnicos elaborados em 2012**

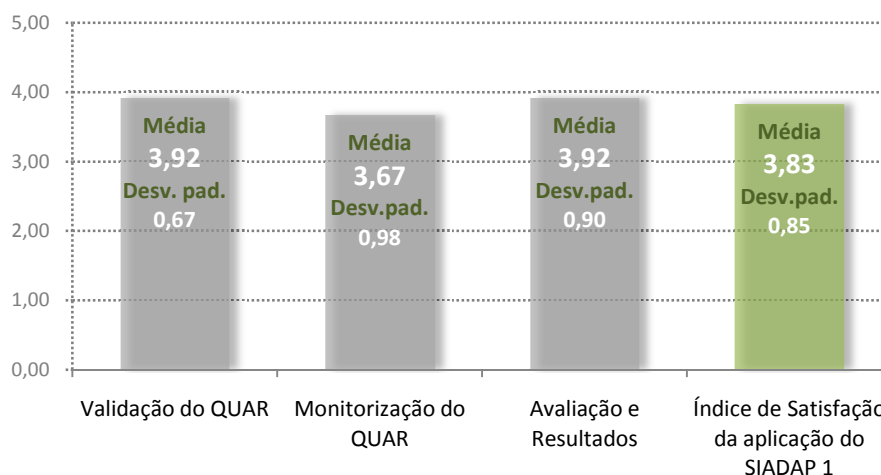
Contributos e documentos técnicos	Total
Pareceres para validação do QUAR de cada serviço do MF	14
Relatórios de Monitorização (Junho e Setembro) dos QUAR dos serviços do MF;	2
Pareceres com análise crítica das autoavaliações dos serviços do MF;	8
Relatório de Análise Comparada	1
Preparação das Reuniões do Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços (CCAS) e do Grupo de Trabalho do CCAS (coordenação GPEARi);	1
Relatórios Monitorização trimestral do “Programa Pagar a Tempo e Horas”;	1
Instrumentos de Gestão do GPEARi (Plano de Atividades, QUAR, Monitorização do QUAR, Relatório de Atividades)	7
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

INDICADORES		2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.	Grau de satisfação dos serviços avaliados	3,7	[3,5;4,1]	50%	5	3,8	100% Atingiu

Este indicador avalia o grau de satisfação (escala de 1 a 5) dos serviços avaliados no Ministério das Finanças relativamente ao apoio e coordenação na aplicação do SIADAP 1.

Foi lançado um inquérito por questionário cujos resultados apontam para um valor médio de 3,8 no grau de satisfação dos utilizadores com a aplicação e coordenação do SIADAP1, valor que se encontra dentro do intervalo fixado.

**Figura 3. Satisfação média da aplicação do SIADAP1**



A dimensão com menor grau de satisfação médio foi a *monitorização do QUAR* com 3,67 pontos, onde se incluíam os itens relativos ao *contributo da monitorização no processo de replaneamento* e a *interação no processo de monitorização*. Por outro lado, as áreas de *validação do QUAR* e da *avaliação e resultados* com médias de 3,92 foram as dimensões com maior grau de satisfação, tendo, aliás, o item que diz respeito ao *processo de emissão dos pareceres de análise crítica* atingido o valor mais elevado (4,17).

03. PROMOVER UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA						PLANEADO	EXECUTADO
						20%	21,4% Superou
INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 5 Grau de execução médio dos Programas de Cooperação e Assistência Técnica	61%	[45%;55%]	60%	100%	77%	114% Superou	

O indicador traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas (PICATFin) com todos os PALOP, o PICAT Aduaneiro (CPLP) e o PICAT IGF (CPLP).

Para 2012, fixou-se como meta o intervalo [45%;55%] e 100% como valor crítico. A meta prevista representou uma diminuição de cerca de 10% face ao resultado atingido em 2011.

A taxa média de execução das ações previstas nos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica para 2012 situou-se em 77%, como se pode verificar no quadro seguinte. O resultado alcançado deriva do facto de os dois programas cuja implementação se afigurava mais difícil terem sido cancelados devido a razões políticas.

**Quadro 3 – Taxa de execução dos programas integrados de cooperação e assistência técnica**

Programas de Cooperação e Assistência Técnica	META	REALIZADO
PICATFin Cabo Verde		18%
PICATFin Moçambique		91%
PICATFin São Tomé e Príncipe		100%
PICAT Aduaneiro-CPLP		100%
PICATFin Guiné-Bissau		(1)
PICAT IGF-CPLP		(2)
TOTAL	[45%;55%]	77%

Nota:

- (1) Este programa foi cancelado devido aos acontecimentos políticos na Guiné Bissau (GB).
- (2) As atividades previstas no âmbito deste Programa não se realizaram uma vez que estava previsto que o país anfitrião seria a Guiné-Bissau.

	INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND. 6	Grau de satisfação com as ações de formação dos PICATFin	4,3	[4,4;4,5]	40%	5	4,27	97% <b>Não Atingiu</b>

O indicador 6 pretende avaliar os resultados dos questionários de satisfação aplicados nas ações de formação dos PICATFin (escala de 1 a 5), tendo-se fixado como meta o intervalo [4,4;4,5] e 5 como valor crítico. O resultado obtido ficou aquém do previsto, tendo as ações de formação dos PICATFin um grau de satisfação médio de 4,27, semelhante ao valor registado em 2011.

**Quadro 4 – Avaliação da Satisfação com as ações de formação dos PICATFin**

Item	Valor
N.º de Ações Avaliadas	16
<b>Satisfação Média</b>	<b>4,27</b>
Mínimo	3,80
Máximo	4,70

O4. CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS, POTENCIANDO A PARTICIPAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS						PLANEADO	EXECUTADO
						20%	22,7% <b>Superou</b>
	INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND. 7	Nº contratos de <i>procurement</i> adjudicados a empresas portuguesas	12	[10;16]	40%	25	21	117% <b>Superou</b>

O número de contratos adjudicados a empresas portuguesas, no âmbito do *procurement* das instituições financeiras internacionais Grupo BM, Grupo BASD e BID, saldaram-se em 21 contratos, valor que supera a meta estabelecida para o ano de 2012 (10;16). Os contratos referem-se a projetos aprovados pelas IFI nos seguintes países:



- Azerbaijão
- El Salvador
- Timor Leste
- Moçambique
- Angola
- Indonésia
- Cabo Verde
- São Tomé e Príncipe
- Kosovo
- Congo-Kinshasa

INDICADORES		2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND. 8	Grau de satisfação com as iniciativas de promoção da internacionalização da economia nacional	-	[3,5;4,1]	60%	5	4,34	111% Superou

Pretendeu-se aqui avaliar a satisfação relativa aos seminários de oportunidades de negócios e missões empresariais, envolvendo as instituições financeiras internacionais: Grupo BM, Grupo BASD, Grupo BAfD e BERD. Foram aplicados questionários a fim de aferir o grau de satisfação tendo o resultado médio (4,34) superado ligeiramente a meta estabelecida para 2012 (meta por intervalo [3,5;4,1] e 5 como valor crítico).

**Quadro 5 – Avaliação da Satisfação com as iniciativas de promoção da internacionalização da economia nacional**

Item	Valor
N.º de Ações Avaliadas	6
<b>Satisfação Média</b>	<b>4,34</b>
Mínimo	4,10
Máximo	4,50

05. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO ATEMPADA DE INFORMAÇÃO						PLANEADO	EXECUTADO
						10%	10,5%
INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 9 N.º de publicações e relatórios estatísticos	280	[300;320]	100%	400	329	105% Superou	

O indicador definido para monitorizar o cumprimento do objetivo de garantir a disponibilização de informação mostra que o desempenho do GPEARI nesta matéria tem vindo a melhorar ao longo dos anos, evoluindo positivamente no número de publicações e relatórios estatísticos produzidos. No ano de 2012 foram disponibilizados mais documentos do que os inicialmente previstos [300;320], tendo por isso o indicador uma taxa de realização de 105%, ou seja, o indicador foi superado.

Este indicador engloba documentos que se apresentam no seguinte quadro:

**Quadro 6 – N.º de publicações e relatórios estatísticos**

Publicações e relatórios estatísticos	Total
Boletim Mensal da Economia Portuguesa;	12
Indicadores de Conjuntura (mensal);	12
Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;	243
Dossier de Indicadores de Conjuntura;	12
Dossiers de Finanças Públicas - Portugal e Comparações Internacionais;	7
Notas - Comércio Externo	14
Notas - Previsões	7
Notas - Estimativa Trimestral	6
Notas - Empréstimos	12
Newsletter da área internacional do GPEARI.	4
<b>TOTAL</b>	<b>329</b>

## OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

PLANEADO

20%

EXECUTADO

21,3%  
**Superou**

### O6. MELHORAR A GESTÃO DOS RECURSOS AFETOS AO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

PLANEADO

50%

EXECUTADO

54,1%

INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND. 10 Percentagem de redução dos custos com estadias e deslocações no âmbito do contrato da UMC	-	[1%;5%]	100%	30%	12%	108% <b>Superou</b>

Como objetivo de eficiência foi definida a necessidade de melhorar a gestão dos recursos afetos ao funcionamento do serviço. Um dos custos funcionamento com maior expressão no GPEARi são os custos com estadias e deslocações fruto da natureza das atribuições que exigem constantes viagens em representação. Deste modo, considerou-se relevante a aferição da redução de custos estimada com estadias e deslocações por via da centralização de aquisições no âmbito da UMC.

De facto, este novo modelo de aquisição de estadias e deslocação permitiu uma poupança média na ordem dos 12%, sendo assim superada a meta estabelecida (entre 1% e 5%).

**Quadro 7 – Variação do valor médio dos pagamentos de deslocações e estadas**

2012	Total (sem anos anteriores)	288.174,87€	2011	Total (sem anos anteriores)	400.319,70€
	Nº de pedidos de deslocação	192		Nº de pedidos de deslocação	235
	Valor médio por pedido	1.500,91€		Valor médio por pedido	1.703,49€
Variação (sem anos anteriores)		-28,01%			
Variação do valor médio		-11,89%			

07. DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS DOS COLABORADORES						PLANEADO	EXECUTADO
						50%	52,3%
INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO	
IND. 11 Percentagem de colaboradores que frequentem, pelo menos, uma ação de formação no período 2011-2013 (% cumulativa)	43%	[55%;65%]	100%	100%	67%	105% Superou	

No apuramento do indicador relativo à formação dos colaboradores do GPEARi foram identificados os efetivos em 31.12.2012 e destes, quais os colaboradores que fizeram pelo menos uma ação de formação em 2011 ou 2012. A meta estabelecida para este indicador foi ligeiramente ultrapassada, verificando-se uma taxa de realização de 105%.

#### Quadro 8 – Ações de formação

ITENS	RESULTADO
N.º TOTAL DE COLABORADORES EFETIVOS EM 31.12.2012	43
N.º DE COLABORADORES EFETIVOS EM 31.12.2012 QUE FIZERAM PELO MENOS UMA AÇÃO DE FORMAÇÃO NO PERÍODO	29
<b>PERCENTAGEM DE COLABORADORES QUE FREQUENTEM, PELO MENOS, UMA AÇÃO DE FORMAÇÃO NO PERÍODO (% CUMULATIVA 2011/2012)</b>	<b>67%</b>

Foram frequentadas um total de 74 ações de formação nas seguintes áreas temáticas:

#### Cursos

- A Autoavaliação CAF e o Reconhecimento da Excelência C2E
- Aplicação Informática SARI (*State aid Reporting Interactive*)
- Avaliar e Melhorar o Desempenho da Organização com a CAF
- Curso de Espanhol nível B2
- DASHBOARS - apresentar eficazmente informação de gestão
- EFQM 2010
- Indicadores de Monitorização de Processos
- Curso de Inglês
- Práticas de Formação na Administração Pública - "Fazer mais e melhor com menos"
- Regras do Protocolo Oficial Português: O Protocolo nos Serviços Públicos

## Encontros, Conferências, Jornadas, Palestras e Seminários

- Mesa-redonda "Cooperação da administração pública sobre o processo de transposição das diretivas da UE"
- Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu
- Estado atual e perspectivas de Reforma da Regulação Financeira na UE e em termos internacionais
- Estudos em memória do Professor J.L. Saldanha Sanches
- Financial stability and the single market the keys to growth in Europe'
- Islamic Finance
- Portugal Competitivo – O Papel da Zona Franca da Madeira.
- Systemic Risk: Too-Important-to-Fail
- Formação GERFIP
- SGU
- High-Level Seminar on "Capital Flow Management and Liberalisation: the Role of International Cooperation
- Seminário Internacional sobre Reforma da Regulação Financeira

## Workshops

- "Género e Igualdade nas Organizações Públicas - O Género nas estratégias e nas práticas comunicacionais da administração pública"
- "Género e Igualdade nas Organizações Públicas - O impacto de género na melhoria das organizações"
- Avaliação de projetos e despesas TIC - formação inicial e formação plataforma tecnológica
- Comércio de Serviços Financeiros e Desenvolvimento
- Estabilidade e Confiança nos Mercados Financeiros Europeus: o papel da supervisão e regulação
- O Código do Procedimento Administrativo: Introdução - alguns aspetos fundamentais
- One-day session briefing session on EIB activities and procedures
- Organização e Disciplina da Atividade Administrativa Pública: Breve Introdução ao Código do Procedimento Administrativo
- Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Pessoas Públicas, no âmbito do Exercício da Função Administrativa, por factos Ilícitos, na Gestão Pública

OBJETIVOS DE QUALIDADE	PLANEADO	EXECUTADO
	30%	33,8% <b>Superou</b>

O8. PROMOVER A PROJEÇÃO EXTERNA DO GPEARI	PLANEADO	EXECUTADO
	100%	112,5%

INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
<b>IND. 12</b> <b>Grau de satisfação dos gabinetes da equipa política do MF (escala de 1 a 5)</b>	-	[3,6;4,2]	50%	5	5	125% <b>Superou</b>

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação, que foram aplicados, pela primeira vez, aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças, tendo o resultado superado largamente as expectativas iniciais, fixando-se o grau de satisfação médio nos 5 pontos, atingindo, por isso, o valor crítico.

INDICADORES	2011	META 2012	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2012	TAXA DE REALIZAÇÃO
<b>IND. 13</b> <b>Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)</b>	3,95	[4;4,2]	50%	5	4,1	100% <b>Atingiu</b>

No GPEARi pretende-se garantir a qualidade e fiabilidade da informação prestada a todos os seus utilizadores, assim, à semelhança de anos anteriores, foi lançado um questionário para aferir o grau de satisfação dos utilizadores com o serviço prestado pelas diversas áreas do GPEARi.

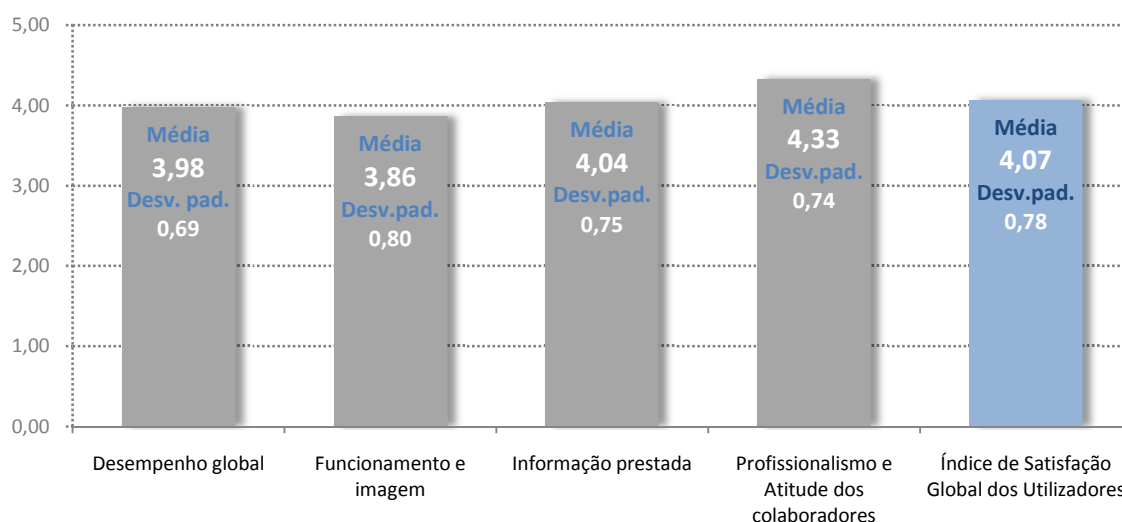
No ano de 2012 foi lançado um questionário (com algumas alterações de conteúdo face ao de 2011) para aferir a satisfação dos utilizadores relativamente: (i) ao Funcionamento e imagem; (ii) à Informação prestada; (iii) ao Profissionalismo e Atitude dos colaboradores; (iv) e à Avaliação do desempenho global do GPEARi. Estas quatro dimensões traduziram-se num conjunto de 10 questões avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente).



Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se, por um lado a posição relativa do GPEARi face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e por outro lado o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARi no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

A **satisfação média global dos utilizadores do GPEARi** com os serviços prestados em 2012 ultrapassou a fasquia da **classificação Bom** tendo alcançado um valor de **4,07** (superior aos anos anteriores), atingindo a meta [4;4,2] estabelecida no QUAR. Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário.

**Figura 4. Satisfação média global dos Utilizadores**



De um modo geral, a satisfação dos utilizadores com os serviços prestados pelo Gabinete foi bastante positiva, apresentando valores médios de satisfação elevados em todos os parâmetros analisados, todos acima do valor intermédio da escala.

A dimensão relativa ao Profissionalismo e Atitude dos colaboradores foi a que atingiu um índice de satisfação mais elevado (4,33), seguido a Informação prestada com 4,04 pontos de classificação média.

Os itens com grau de satisfação mais elevados foram a Cortesia dos colaboradores (4,48) e a Competência técnica dos colaboradores (4,34) e o item mais insatisfatório foi a implementação de melhorias recentemente na prestação do serviço (3,72);

A comparação do desempenho do GPEARI com outros organismos públicos e a avaliação do Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho das organizações com as quais nos relacionamos foram dois novos aspetos explorados nos inquéritos à satisfação dos utilizadores com vista a uma melhor caracterização do desempenho do GPEARI.

A comparação da prestação do Gabinete com outros organismos públicos mostrou que a maioria dos utilizadores (70%) considerou Melhor ou Muito Melhor a atuação do GPEARI face aos demais organismos com que se relacionam.

Mais de 70% dos utilizadores inquiridos consideram Fundamental (23%) ou Muito Importante (48%) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho.

Os comentários e sugestões de melhoria identificados pelos utilizadores externos centram-se num reforço de recursos humanos nas várias áreas, bem como no aumento da flexibilidade e autonomia aos colaboradores e na atualização da página eletrónica do GPEARI, promovendo e divulgando o trabalho desenvolvido no Gabinete;

## **II.2. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2012**

Em 2012, a atividade do GPEARI continuou a ser fortemente condicionada pela envolvente económica nacional e europeia.

O acompanhamento das missões de avaliação e de apoio técnico desenvolvidas regularmente pela Troika, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) continuou a absorver uma parte significativa de recursos humanos e, em certa medida, a condicionar algumas outras atividades inicialmente programadas.

No âmbito do PAEF, o GPEARI é responsável pelo desenvolvimento do cenário macroeconómico bem como do cenário de médio prazo da conta das Administrações Públicas e discussão técnica dos pressupostos subjacentes a estas previsões. Este compromisso implica uma participação ativa nas reuniões trimestrais de avaliação do programa bem como a resposta a um extenso conjunto de pedidos de informação adicionais solicitados quer pela Troika quer por outros organismos nacionais e internacionais.

### **II.3. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO**

O GPEARI introduziu no ano de 2012 uma ferramenta - Aplicação para Monitorização dos Instrumentos de Gestão (AMIG) – que veio facilitar o registo e acompanhamento da atividade desenvolvida pelas unidades orgânicas (UO), em particular, e pelo GPEARI em geral, pois permite a monitorização periódica do Plano de Atividade e do QUAR nos momentos pré-definidos sem exigir acréscimo de trabalho aos dirigentes e colaboradores.

O acompanhamento sistemático dos instrumentos de gestão reveste-se de especial importância quando se pretende ter uma intervenção proactiva nas dinâmicas de atuação do serviço pelo que a monitorização tempestiva e integrada de toda a atividade do GPEARI se mostrou fundamental neste contexto de incertezas e crucial para o sucesso das metas traçadas com vista ao cumprimento dos objetivos estratégicos.

A monitorização periódica dos indicadores identificados exigiu uma nova postura dos dirigentes e dos colaboradores no sentido da total transparência e da disponibilidade para a *accountability* da atividade desenvolvida.

### **II.4. AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO**

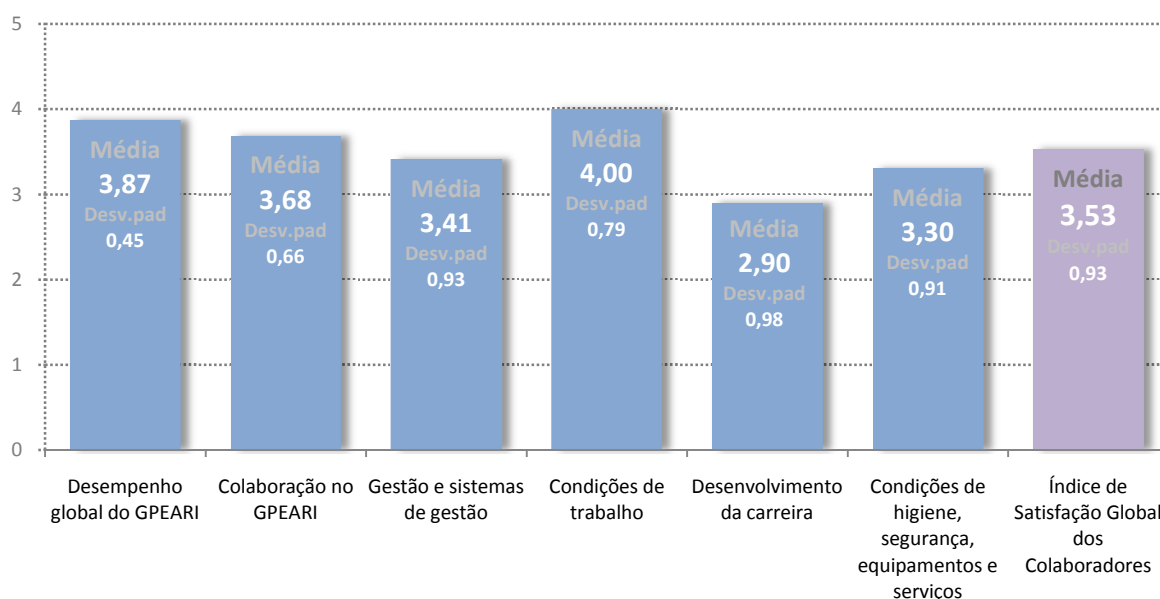
No âmbito da autoavaliação do GPEARI foi lançado, à semelhança de anos anteriores, um questionário para aferir o grau de satisfação dos colaboradores, que elenca um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percecionam a organização.

Para o ano de 2012 o questionário voltou a ser alvo de alguns ajustes no conteúdo que vieram garantir uma maior aderência na avaliação que os colaboradores fazem da organização. O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões: (i) Colaboração no GPEARI; (ii) A gestão e sistemas de gestão; (iii) As condições de trabalho; (iv) O desenvolvimento da carreira; e, (v) Condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços e uma questão genérica Desempenho global do GPEARI.

A audição foi realizada entre 5 e 20 de fevereiro de 2013, tendo sido enviados 37 questionários e submetidas 23 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 62%. Foi dado conhecimento prévio sobre a autoavaliação do serviço aos dirigentes intermédios e demais trabalhadores.

A **satisfação média global dos colaboradores do GPEARi foi de 3,53**, ligeiramente superior ao valor registado em 2011 que foi de 3,51, mantendo-se, por isso, um nível de satisfação entre o Satisfatório e o Bom.

**Figura 5. Satisfação média global dos Colaboradores**



Em 2012 a dimensão com melhor pontuação foi a que diz respeito à satisfação com as Condições de trabalho, com uma pontuação média de 4 (Bom), enquanto em 2011 a dimensão com melhor pontuação foi a Colaboração no GPEARi com um nível de satisfação classificado com Bom (4,11 de média). Os fatores associados ao Desenvolvimento na carreira, tal como em 2011, são os que apontam para um grau de satisfação menor (2,90, em média). Os restantes domínios apontam para índices de satisfação entre o Satisfatório e o Bom.

O item com maior satisfação média refere-se à Equipa onde está inserido/a (4,30) e os itens com menor grau de satisfação foram os fatores associados às condições de higiene e segurança, à gestão e sistemas de gestão e ao desenvolvimento da carreira.

Como fatores de melhoria foi sugerida a necessidade de uma visão estratégica que se traduza em orientações claras para cada Direção de Serviços/Divisão, bem como a divulgação dos objetivos estratégicos e operacionais do GPEARi através de uma comunicação geral no início do ano;

Os objetivos individuais e partilhados devem ser definidos e dados a conhecer com uma maior antecedência e importa garantir a execução de um plano de formação.

Relativamente às condições de trabalho, sugere-se que o tempo de resposta exigido superiormente seja adequado ao número de *dossiers* acompanhados por cada técnico.

Devem ser melhoradas as condições de trabalho, designadamente, as que dizem respeito às instalações (copa) e às condições higiénico-sanitárias.

## II.5. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Em 2012, e de acordo com a informação constante no anexo A2, o sistema de controlo interno vigente no GPEARi caracterizava-se pelos seguintes aspetos:

### **Ambiente de controlo:**

- No ano de 2012 foi dada continuidade à migração de dados do sistema SRH para o sistema GerHup (Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública Partilhada), sendo que os dois sistemas se mantiveram em paralelo. A referida migração de dados tem tido um acompanhamento semanal por parte da eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.. Está previsto a entrada em produção do processamento de vencimentos para Maio de 2013.

### **Estrutura organizacional:**

- O processo de avaliação ao abrigo do SIADAP 2 e 3 dos colaboradores, dirigentes intermédios e demais trabalhadores, foi concluído com base no artigo 47º da Lei do Orçamento de 2013.
- 53% dos colaboradores ao serviço no GPEARi durante o ano de 2012 frequentaram, pelo menos, uma ação de formação.

### **Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:**

- O contínuo alargamento do sistema de *Helpdesk* da DSRSI para as áreas de gestão de *stocks/economato*, um processo em desenvolvimento, tem vindo a permitir melhorias ao nível do controlo de tempos e qualidade de respostas e de afetação de custos.

- A Aplicação para Monitorização dos Instrumentos de Gestão (AMIG) veio garantir a transparência no controlo da execução da atividade e potenciar a prestação de contas de forma atempada.

#### **Fiabilidade dos sistemas de informação:**

- Os sistemas de informação do GPEARI encontram-se devidamente salvaguardados, uma vez que a infraestrutura e segurança da rede, os *backup*, a réplica da informação e os softwares de base são assegurados e controlados pela eSPap. A integridade dos dados de rede dos colaboradores do GPEARI é, por sua vez, garantida através do *backup* feito pelo *Data Center* do GPEARI.



## II.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2012

A taxa de execução do **Plano de Atividades 2012 do GPEARi** foi de **94%**, tendo sido realizado um conjunto de atividades extra-plano (44%). Seguem-se as atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas em 2012:

### Quadro 9 – Atividades da Unidade de Política Económica

Áreas de Intervenção da UPE
Relatório do Orçamento do Estado, Programa de Estabilidade e Crescimento/Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Relatório de Orientação de Política Orçamental
Conta Geral do Estado e o Balanço da Participação de Portugal na União Europeia
Conjuntura económica nacional e internacional, Finanças Públicas, Dívida Pública
Missões da Troika (U.E, BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI
Comité de Política Económica, Grupos de Trabalho e Comité Serviços Financeiros da OCDE
Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: <i>Economic Forecasts, Output Gap, Labour Market, Ageing Population and Sustainability</i>
GT Estatísticas Macroeconómicas do Conselho Superior de Estatística
ECOFIN, Eurogrupo, CEF, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu, EUROMED, ASEM
Grupo Serviços Financeiros, Market Infrastructure Member States, GEGRFS, EFIR
Banco Europeu de Investimento, Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
Mercado Interno Europeu: Estratégia do mercado interno, mercados e serviços financeiros, direito das sociedades, fiscalidade, questões aduaneiras e auxílios do Estado
Política Externa Europeia: Comité de Política Comercial, Questões multilaterais (OMC), Questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, ACP, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)
Política Legislativa Europeia: Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, Transposição ou aplicação de legislação na ordem interna, Sanções financeiras internacionais e combate ao financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais, Convenções e protocolos

Para a UPE foram definidos, para 2012, seis objetivos que se traduziram em nove indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 97%, executando mais 29% de atividades extra-plano.**

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

UPE - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
UPE.OO.01 - Participar ativamente na coordenação e elaboração de instrumentos de política e formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF		UPE.ID.01	Nº de documentos de política económica e policy papers elaborados	12	18	●	100%	50%		Elaboração de contributos para o Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado, Plano Nacional de Reformas
										Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas económico-financeiras
										Balanço de PT na U.E.
		UPE.ID.02	Número de reuniões asseguradas	68	77	●	85%	28%		Preparar e participar em reuniões no âmbito da Troika, Grupo Endividamento, Grupo Condições Financeiras para a Internacionalização, Artigo IV do FMI, Agências rating e investidores Banco de Portugal
										Preparar e participar em reuniões no âmbito do Conselho Económico e Social e do CSE do INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN) e do CT C.S. Saúde

UPE - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
UPE.OO.02 - Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras, Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)		UPE.ID.03	<u>Número de reuniões asseguradas</u>	238	363	●	97%	55%	*Devido à intensificação da crise económica e financeira na Europa realizaram-se mais reuniões do que as programadas no início do ano (ex. ECOFIN e Grupo de Serviços Financeiros)	Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CEF, CEF Alternates, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa
										Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho do CEF (SCMIF, etc)
										Preparar e/ou representar o MF em reuniões de Grupos de Trabalho e Comitês da U.E. na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros, GEGRFS e EFIR, e outros)
										Preparar e representar o MF nas reuniões do CPE e nos respetivos grupos de trabalho (country review, output gap, LIME, AWG, previsões económicas)
										Preparar reuniões do CA e CG do BEI e do CA do CEB
										Preparar e/ou representar o MF em reuniões internacionais (EUROMED, ASEM, OMC, TJUE, etc.)
										Preparar e/ou representar o MF em reuniões nacionais (CIAE, Subcomissão CIAE para o Mercado Interno, etc.)
		UPE.ID.04	<u>Índice de</u>	85%	100%	●	100%	17%	* Foi encetado um esforço adicional para	Desenvolver trabalhos relativos à

UPE - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
			<u>resposta a solicitações</u>						responder a todos os pedidos; * Aumentou a capacidade de resposta da unidade orgânica uma vez que os recursos humanos recrutados foram ganhando experiência ao longo do ano obtendo-se assim ganhos de eficiência.	<i>governance</i> do FMI  Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Estratégia Europa 2020  Assegurar outros trabalhos relativos à gestão da relação institucional entre Portugal e o BEI e o CEB  Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito do Mercado Interno Europeu (estratégia para o mercado interno, mercados e serviços financeiros, direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade, questões aduaneiras, auxílios do Estado, etc.)  Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Externa Europeia (Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, ACP, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente), etc.)  Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Legislativa Europeia (contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação da legislação da UE na ordem jurídica interna, sanções financeiras internacionais e combate ao financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais, convenções e protocolos, etc.)

UPE - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
										Outros trabalhos (Questões relacionadas com o euro, etc)
UPE.OO.03 - Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE		UPE.ID.05	Número de reuniões asseguradas	13	16	●	92%	31%		Preparar reuniões da OCDE (Comité de Política Económica, Country Review, GT Nº1, GT Previsões Curto prazo, Reunião Ministerial, Comité Executivo em Sessão Especial, Comité Mercados Financeiros)
		UPE.ID.06	Índice de resposta a solicitações	95%	100%	●	100%	5%	* Durante o ano de 2012 registaram-se menos solicitações do que as previstas relativamente a estas matérias, conseguindo-se, por isso dar resposta atempada aos pedidos que chegaram e não foram solicitados quaisquer questionários.	Responder a questionários OCDE sobre temas específicos e desenvolver outros trabalhos
UPE.OO.04 - Disponibilizar informação atempadamente		UPE.ID.07	Nº de publicações e relatórios estatísticos	306	325	●	100%	6%		Elaborar o BMEP, Síntese dos Indicadores Conjuntura, Indicadores Mensais de Conjuntura, Dossier Finanças Públicas, Notas sobre Comércio Externo, Previsões das Instituições, Empréstimos e Estimativa Trimestral
UPE.OO.05 - Desenvolver as competências dos colaboradores		UPE.ID.08	Percentagem de colaboradores que frequentemente, pelo menos, uma ação de formação em 2012	35%	59%	●	100%	68%	* Algumas das ações de formação nas quais os colaboradores desta área participaram foram: Código do Procedimento Administrativo; Estado atual e perspetivas de reforma da regulação financeira na UE e em termos internacionais; Systemic Risk: Too-Important-to-Fail; Aplicação Informática SARI (State aid Reporting Interactive); Comércio de Serviços Financeiros e Desenvolvimento; Estabilidade e Confiança nos Mercados Financeiros	Participar em ações de formação

UPE - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
									Europeus: o papel da supervisão e regulação; Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu; Financial stability and the single market the keys to growth in europe; Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Pessoas Públicas, no âmbito do Exercício da Função Administrativa por factos ilícitos, na Gestão Pública; Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu; Inglês, entre outras.	
UPE.OO.06 - Melhorar a projeção externa do GPEARI	UPE.ID.09	<u>Grau de satisfação dos utilizadores da UPE</u>	4,1	4,2			100%	2%	Taxa de resposta: 15% Dimensão com <u>melhor</u> classificação média: Profissionalismo e Atitude dos colaboradores (4,39) Dimensão com <u>pior</u> classificação média: Desempenho global da organização (4,03)	

Taxa de execução da UO	97%	29%
------------------------	-----	-----



## Quadro 10 - Atividades da Direção de Serviços de Cooperação e Instituições



Áreas de Intervenção da DSCI
Cooperação Técnica e Financeira
Cimeiras Bilaterais/ Encontros de alto nível
Instituições Financeiras Internacionais, designadamente os grupos do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento
Corporação Andina de Fomento
Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
Banco Europeu de Investimento - Mandato Externo (Mediterrâneo, Europa Oriental, Ásia e América Latina, África do Sul); Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceira; Facilidade de Investimento para os países da África, Caraíbas e Pacífico)
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Fundo Global para o Ambiente
Fundo Comum de Produtos de Base
Facilidade de Investimento para a Vizinhança
Trust Fund UE-África para as Infraestruturas
African Management Services Company / African Training Management Service

No ano de 2012 para a DSCI foram definidos sete objetivos que se traduziram em nove indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 98%**, tendo executado mais **23% de atividades extra-plano**, com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Quatro indicadores superados (44%);

- Dois indicadores atingidos (22%)
- Três indicadores não atingidos (33%)

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

DSCI - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
DSCI.OO.01 - Assegurar a execução dos programas de cooperação e assistência técnica e outros acordos bilaterais		DSCI.ID.01	Grau de execução dos PICATFin (%) e dos PICAT (%)	45%-55%	77%		100%	55%	Devido aos acontecimentos políticos na Guiné-Bissau, quer as ações previstas no âmbito do PICATFin com a Guiné-Bissau, quer as iniciativas no âmbito do PICAT IGF-CPLP foram canceladas.	Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador dos PICATFin com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe
										Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador do PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF
										Preparar e participar em reuniões no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e relativas ao Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe
DSCI.OO.02 - Promover a criação de iniciativas e instrumentos que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas		DSCI.ID.02	Nº de propostas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas	2	2		100%	0%	O enfoque em 2012 desta linha de atuação foi na produção de conteúdos informativos relativamente ao mercado das IFI, consubstanciada na produção e publicação de dois guias práticos sobre estes mercados.	Elaborar propostas relativas a iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas.

DSCI - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
		DSCI.ID.03	Nº de seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas	6	14	●	100%	133%	A elevada taxa de execução é justificada por um aumento significativo das solicitações ao Grupo de Trabalho por parte de entidades terceiras para participar e/ou coorganizar eventos de divulgação das IFI, demonstrando o interesse crescente do setor privado nacional para este mercado e a maior visibilidade do Grupo de Trabalho.	Organizar <i>Business Opportunities Seminars</i> e missões empresariais: BAfD, BASD, BM, BID, BERD, CAF, FIDA Realizar reuniões no âmbito do MAMMF Fortalecimento da rede de contactos nas IFI Acompanhar e preparar a participação do MF no Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia
DSCI.OO.03 - Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais		DSCI.ID.04	Percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada	90%	80%	●	89%	0%	A não participação da DSCI em algumas das reuniões inicialmente previstas decorre de: - Desmarcação de reuniões e/ou alterações da data de realização das mesmas, o que nalguns casos implicou uma sobreposição de agendas; - Consideração de que a agenda de trabalhos não justificava a representação direta por parte do GPEARi.	Preparar e participar em reuniões multilaterais: Reuniões Anuais, dos Grupos de Voto, dos Trust Funds, dos CAs, de Comitês, de Facilidades das seguintes IFI: BAfD, BASD, BM, BID, BERD, BEI, CAF, FIDA, CPE (Climáticas)
		DSCI.ID.05	Percentagem de reuniões bilaterais com representação assegurada	90%	100%	●	100%	11%	A taxa de execução verificada deve-se ao facto da DSCI ter assegurado presença em todas as reuniões para as quais a sua presença foi solicitada.	Preparar e participar de reuniões bilaterais: Cimeiras e reuniões de alto nível, reuniões técnicas com PALOP e países terceiros, reuniões nacionais de coordenação interministerial
		-	-	-						Responder a outras solicitações nas áreas bilateral e multilateral : Pareceres no âmbito da Eficiência e Eficácia da Ajuda, Votos escritos, do financiamento de projetos por Trust Funds Bilaterais, etc.

DSCI - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
DSCI.OO.04 - Assegurar a coordenação e produção de informação no âmbito do reporte da APD do MF		DSCI.ID.06	% de questionários respondidos e reportes de informação efetuados dentro do prazo	90%	100%	●	100%	11%	A taxa de execução verificada deve-se ao facto de ter sido dada resposta a todos os questionários e reportes solicitados.	Responder a questionários Compilar dados estatísticos para reporte ao MNE
DSCI.OO.05 - Disponibilizar informação atempadamente		DSCI.ID.07	N.º de Newsletters publicadas	4	4	●	100%	0%	Foi cumprida a periodicidade trimestral da <i>newsletter</i> .	Contribuir para a elaboração da newsletter da área internacional do GPEARI
DSCI.OO.06 - Desenvolver as competências dos colaboradores		DSCI.ID.08	Percentagem de colaboradores que frequentem, pelo menos, uma ação de formação em 2012	35%	33%	●	95%	0%	*A participação em mais ações de formação ficou inviabilizada, uma vez que os cursos de formação identificados como os mais adequados ao conteúdo funcional da DSCI exigiriam uma ausência do serviço por períodos demasiado longos, o que não se coadunaria com o acréscimo do volume de trabalho verificado. * As ações de formação realizadas pelos colaboradores foram: Género e Igualdade nas Organizações Públicas; A Autoavaliação CAF e o Reconhecimento da Excelência C2E; Curso de Espanhol nível B2	Participar em ações de formação
DSCI.OO.07 - Melhorar a projeção externa do GPEARI		DSCI.ID.09	Grau de satisfação dos utilizadores da DSCI	4,1	4	●	95%	0%	Taxa de resposta: 31% Dimensão com <u>melhor</u> classificação média: Profissionalismo e Atitude dos colaboradores (4,29) Dimensão com <u>pior</u> classificação média:	-

DSCI - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
									Funcionamento e Imagem (3,70) Apesar do resultado alcançado se situar dentro da margem de tolerância fixada no QUAR, foram identificados como aspetos a melhorar para um cumprimento pleno da meta fixada: - a sensibilização dos utilizadores externos, especialmente os internacionais, para a importância de resposta ao questionário de satisfação e - a necessidade de atualizar a lista de contatos, sobretudo de utilizadores internacionais de modo a incluir entidades e/ou pessoas de contato com maior familiaridade com o trabalho da DSCI.	

Taxa de execução da UO	98%	23%
------------------------	-----	-----

#### Quadro 11 - Atividades da Direção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão

##### Áreas de Intervenção da DSPCG

Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças

Avaliação da Eficácia e Qualidade da despesa pública

Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças

Participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços (CCAS) e no Grupo de Trabalho do CCAS

Coordenação do processo de planeamento do GPEARi



Política para a Igualdade de Género

Monitorização do Programa “Pagar a Tempo e Horas” (PTH)

Para o ano de 2012 a DSPCG comprometeu-se com sete objetivos que se traduziram em nove indicadores. Esta unidade orgânica obteve uma **taxa de execução do plano de 83%, tendo uma execução extra plano de 16%** com os seguintes resultados nos indicadores de desempenho:

- Dois indicadores superados (22%);
- Quatro indicadores atingidos (44%)
- Três indicadores não atingidos (33%)

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

DSPCG - 2012										
Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
DSPCG.OO.01 - Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF		DSPCG.ID.01	Nº de propostas de indicadores de desempenho para os serviços do MF	20	14		70%	0%	* O GPEARI é responsável pela validação do QUAR de 11 entidades tutelada pelo Ministério das Finanças, estando previsto o acompanhamento do processo de elaboração dos QUAR para 2012 (realizados no início do ano de 2012 devido às alterações impostas pelo PREMAC) e dos QUAR para 2013. * No que respeita ao QUAR relativo ao ano de 2012 todas as entidades apresentaram os respetivos documentos para validação. No caso dos QUAR para vigorarem em 2013 apenas 4 entidades o fizeram em tempo útil.	Apoiar a identificação dos indicadores do desempenho e os mecanismos de operacionalização dos parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade
										Validar os objetivos, indicadores e metas constantes dos QUAR dos serviços do MFAP
		DSPCG.ID.02	Nº documentos técnicos elaborados	11	11		100%	0%	* Foi solicitada a alteração à meta inicial (12 documentos) pelo Ofício 230-OFC-DSPCG-2012 28-09-2012. A necessidade de alteração da meta resultou do facto de um organismo tutelado não ter entregue o Relatório de Atividades de 2011 e por isso não ter sido redigido o respetivo parecer de análise crítica. * Embora previsto, não foram apresentadas propostas de indicadores de resultado e de impacte de modo a viabilizar comparações nacionais e internacionais.	Elaborar guiões de orientação e instrumentos de divulgação de boas práticas para divulgação junto dos serviços do MF
										Monitorizar a execução dos QUAR dos serviços do MF
										Promover a criação de indicadores de resultado e de impacte ao nível de programas e projetos desenvolvidos por um ou mais serviços de modo a viabilizar comparações nacionais e internacionais
										Elaborar pareceres com análise crítica das autoavaliações constantes dos relatórios de atividades elaborados pelos demais serviços
										Elaborar Relatório de Análise Comparada do desempenho de todos os serviços do ministério



## DSPCG - 2012

Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
						PA	Extra-PA		
		DSPCG.ID. 03	Grau de satisfação dos serviços avaliados	3,8	3,8 ●	100%	0%	Ver análise ao Ind 4. Grau de satisfação dos serviços avaliados (escala de 1 a 5) no capítulo II.1. QUAR 2012 – ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS	Elaborar, aplicar e tratar questionários
DSPCG.OO.02 - Fomentar o desenvolvimento do SIADAP 1 e a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios		DSPCG.ID. 04	Nº documentos técnicos elaborados	2	1 ●	50%	0%	* Foi solicitada a alteração à meta inicial (5 documentos) pois percebeu-se que os trabalhos do GTCCAS estariam comprometidos devido às alterações previstas para o SIADAP1. * Não foi solicitada a preparação/agendamento de qualquer reunião do CCAS por parte da Tutela.	Elaborar propostas de melhoria da aplicação do SIADAP 1
									Preparar reuniões do CCAS
									Preparar e presidir às reuniões do GT CCAS
DSPCG.OO.03 - Coordenar o processo de planeamento do GPEARI		DSPCG.ID. 05	Nº documentos elaborados	7	8 ●	100%	14%	* Foram elaborados os instrumentos de planeamento (QUAR e Plano de Atividades) relativos ao ano de 2012 - em Março, devido às alterações impostas pelo PREMAC e relativas ao ano de 2013 em Novembro. .	Elaborar o QUAR, o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades
									Monitorizar o QUAR e o PA
									Monitorizar a implementação do Plano para a Igualdade e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI
DSPCG.OO.04 - Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas		DSPCG.ID. 06	Nº documentos elaborados	4	1 ●	25%	0%	* Os reportes relativos ao 1º e 2º trimestre de 2012 não foram elaborados por falta de obtenção de informação em tempo útil. * O reporte relativo aos PMP do 3º trimestre de 2012 ficou incompleto por falta da informação necessária, pelo que não foi considerado como concluído;	Elaborar relatórios de monitorização
									Coordenar a publicitação dos prazos médios de pagamento

## DSPCG - 2012

Código	Objetivos da UO	Código	Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
						PA	Extra-PA		
DSPCG.OO.05 - Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF		DSPCG.ID. 07	Nº de documentos	3	7 ●	100%	133%	* Ocorreram dois Conselhos Consultivos e respetivos preparativos na Secção Interministerial do Conselho Consultivo estando previsto apenas um.	Participar nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género Coordenar a implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF
DSPCG.OO.06 - Desenvolver as competências dos colaboradores		DSPCG.ID. 08	Percentagem de colaboradores que frequentem, pelo menos, uma ação de formação em 2012	100%	100% ●	100%	0%	* Os colaboradores desta OU fizeram formação nos seguintes âmbitos: - Organização e Disciplina da Atividade Administrativa Pública - O Código do Procedimento Administrativo - EFQM 2010 - Inglês - Avaliação de projetos e despesas TIC - Género e Igualdade nas Organizações Públicas - Indicadores de Monitorização de Processos – DASHBOARS, apresentar eficazmente informação de gestão - Avaliar e Melhorar o Desempenho da Organização com a CAF	Participar em ações de formação
DSPCG.OO.07 - Melhorar a projeção externa do GPEARi		DSPCG.ID. 09	Grau de satisfação dos utilizadores da DSPCG	4,1	4,1 ●	100%	0%	<b>Taxa de resposta:</b> 24% <b>Dimensão com melhor classificação média:</b> Profissionalismo e Atitude dos colaboradores (4,24) <b>Dimensão com pior classificação média:</b> Desempenho global da organização (3,86)	Elaborar, aplicar e tratar questionários

Taxa de execução da UO

83%

16%

## Quadro 12 - Atividades da Direção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação

### Áreas de Intervenção da DSRSI

Recursos Financeiros

Recursos Humanos

Sistemas de informação

Para o ano de 2012 a DSRSI comprometeu-se com quatro objetivos que se traduziram em quatro indicadores. Esta unidade orgânica superou todas as metas dos indicadores de desempenho.

Na tabela seguinte estão identificados os objetivos e respetivos indicadores bem como as meta, resultados e justificação dos desvios.

DSRSI - 2012										
Código	Objetivos das UO	Código	Indicadores	Meta	Resultados		Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
							PA	Extra-PA		
DSRSI.OO.01 - Contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros		DSRSI.I D.01	<u>Percentagem redução dos custos com estadias e deslocações no âmbito do Acordo Quadro da Unidade Ministerial de Compras</u>	3%	12%		100%	296%	* O grau de poupança obtido superou bastante o valor inicialmente previsto, fixando-se o valor médio por deslocação em 1500,91€ (n.º de deslocações = 192) por contraponto ao valor de 2011 que foi de 1.703,49€ (n.º de deslocações = 235).	Integrar o Acordo Quadro para estadias e deslocações da Unidade Ministerial de Compras

## DSRSI - 2012

Código	Objetivos das UO	Código	Indicadores	Meta	Resultados	Taxa de Execução		Justificação dos Desvios	Atividades
						PA	Extra-PA		
DSRSI.OO.02 - Melhorar a qualidade dos sistemas de informação		DSRSI.I D.02	<u>Prazo médio de resposta do helpdesk (dias úteis)</u>	3	2,02 ●	100%	67%	* Foi solicitada a alteração à meta inicial (1,3 dias), pois com as alterações previstas no Instituto de Informática o tempo de resposta interno iria ser alterado, prevendo-se que aumentasse. Ainda assim, o número de pedidos não aumentou demasiado e conseguiu-se atingir um tempo de resposta aceitável e abaixo do previsto.	Responder a pedidos do <i>helpdesk</i>
DSRSI.OO.03 - Melhorar a eficiência na prestação de serviços		DSRSI.I D.03	<u>Grau de satisfação dos utilizadores da DSRSI</u>	3,5	3,7 ●	100%	5%	<b>Taxa de resposta:</b> 62% (de um total de 37 colaboradores) <b>Dimensão com <u>melhor</u> classificação média:</b> Sistemas de informação (Helpdesk) (4,19) <b>Dimensão com <u>pior</u> classificação média:</b> Recursos humanos, financeiros e economato (3,19)	
DSRSI.OO.04 - Desenvolver as competências dos colaboradores		DSRSI.I D.04	<u>Percentagem de colaboradores que frequentem, pelo menos, uma ação de formação em 2012</u>	35%	67% ●	100%	67%	* Os colaboradores fizeram formação nos seguintes âmbitos: Inglês; Formação GERFIP; Práticas de Formação na Administração Pública - "Fazer mais e melhor com menos"; O Código do Procedimento Administrativo; Regras do Protocolo Oficial Português: O Protocolo nos Serviços Públicos; SGU	Participar em ações de formação

Taxa de execução da UO

100%

109%

## II.7. RECURSOS HUMANOS

No final de 2012, o número de colaboradores efetivos no GPEARI ascendia a 44, não apresentando grandes variações face ao registado no final de 2011 (43), 2010 ou 2009 (44), conforme informação constante dos quadros do Balanço Social<sup>2</sup>, apresentados no anexo A3. Pelo segundo ano consecutivo, o número de efetivos ficou aquém das reais necessidades do serviço, principalmente no que se refere a técnicos superiores.

**Quadro 13 - Recursos Humanos relativos a 2012**

	Mapa de Pessoal para 2012		Em 31 de dezembro de 2012	
	Dirigentes	Não Dirigentes	Dirigentes	Não Dirigentes
Direção Superior	3	-	3	-
UPE	5	18	3	15
DSCI	3	10	1	9
DSPCG	1	2	1	2
DSRSI	1	12	0	10
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>42</b>	<b>8</b>	<b>36</b>

Do total de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2012 (55), 11 não foram preenchidos (22%), 5 em cargos dirigentes e 5 na carreira técnica superior.

O quadro de pessoal do GPEARI, em 2012, era caracterizado por:

- Média etária relativamente baixa: a média etária situou-se nos 44 anos, um pouco acima do registado entre 2011 e 2009, sendo que a classe etária predominante correspondeu aos 40-44 anos de idade.
- Elevada taxa de habilitação superior: 84% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cuja valor para 2012 era 53.8%, segundo o Boletim do Observatório do Emprego Público de outubro de 2012).

<sup>2</sup> Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, o GPEARI não tem a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social, uma vez que o número de trabalhadores é inferior a 50. No entanto, são apresentados em anexo alguns indicadores e quadros do Balanço Social.

- Absentismo reduzido: em 2012, a taxa de absentismo (excluindo ausências por motivo de férias) situou-se nos 3,4%, verificando-se uma grande descida face ao observado em 2011 (6,1%) e 2010 (5,3%).
- Encargos com pessoal: os encargos com pessoal ascenderam a 1,61 milhões de euros (M €).
- Formação: em 2012 realizaram-se 74 ações de formação cujas despesas associadas (custos com inscrição) ascenderam a 14 128 euros.
- Avaliação: o processo de avaliação em matéria de SIADAP 2 e 3 foi aplicado nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do art.º 47º da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013 e depois de consultada a DGAEP.
- 

## II.8. RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento global aprovado para o ano 2012 ascendeu a M€ 3,4, o qual foi objeto de “cativações” em cumprimento das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado, pelo que o orçamento disponível se fixou nos M€ 2,4. Face à dotação inicial de 2011, registou-se uma redução de cerca de M€ 2,8, essencialmente devido ao corte total do Orçamento de Despesas Excecionais - Cap.º 60 e do Orçamento de PIDDAC.

Quadro 14 - Recursos Financeiros relativos a 2012

(em euros)

	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Pagamentos Líquidos	Saldo
Orçamento de Funcionamento - Geral	1.624.426	1.357.616	1.155.489	202.127
Orçamento de Funcionamento - Cooperação	1.815.917	1.090.113	906.487	183.626
<b>Total</b>	<b>3.440.343</b>	<b>2.447.729</b>	<b>2.061.976</b>	<b>385.753</b>

Do orçamento disponível, destaca-se a parcela afeta à cooperação económica externa no montante de M€ 1,09, no Orçamento de Despesas de Cooperação. O total de pagamentos dos orçamentos afetos à cooperação económica externa, ascendeu a pouco mais de M€ 0,9, pelo que a execução do orçamento de cooperação subiu para 83% face aos 54% de 2011. Cerca de M€ 0,6 do Orçamento de Despesas de Cooperação foram aplicados no pagamento de despesas com o pessoal – nomeadamente vencimentos, ajudas de custo e suplementos remuneratórios decorrentes das ações de cooperação e assistência técnica, bem como a remuneração devida à agente de cooperação deslocada no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) – e M€ 0,205 destinaram-se as despesas com deslocações e estadas. O restante suportou a aquisição de serviços, subsídios e software informático.

Relativamente ao orçamento de funcionamento, o executado ascendeu a M€ 1,155, salientando-se o peso das despesas com o pessoal sobre o total de pagamentos – 87,6%. Dos restantes pagamentos, 7% respeitam a deslocações e estadas, e 5% a despesas residuais com a aquisição de bens e serviços e equipamento de informática. O saldo orçamental, em 31 de dezembro, é de m€ 202.

## II.9. MENÇÃO PROPOSTA RESULTANTE DA AUTOAVALIAÇÃO

O GPEARi estabeleceu para o ano de 2012 um conjunto de oito objetivos operacionais que materializam a estratégia do Gabinete e sintetizam os principais âmbitos da sua atuação. Destes oito objetivos sete foram superados e um objetivo foi atingido.

Não obstante o aumento contínuo do volume de solicitações, com prazos de resposta normalmente estreitos, o GPEARi conseguiu responder cabalmente às diversas solicitações.

Considera-se que, em termos gerais, o desempenho do Gabinete foi bastante positivo, pelo que, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, **a menção proposta como resultado da autoavaliação do desempenho do GPEARi em 2012 é de *Desempenho Bom*.**



### III. ANÁLISE DA PERSPETIVA DE GÉNERO NO GPEARI

#### *Plano para a Igualdade*

Das 11 medidas ou ações planeadas do Plano para a Igualdade, Cidadania e Género 2010-2012 do GPEARI, *grande parte já tinha sido concluída até dezembro de 2011 (ações 1, 3 a 6 e 8 a 10)*. Do planeado, 2 ações ficaram por concluir (ações 2 e 7). De seguida, apresentam-se as ações concluídas assim como as não concretizadas.

#### **Medidas concluídas:**

- Ação 1. Incorporar nos planos e relatórios de atividades uma secção com análise da perspetiva de género no GPEARI;
- Ação 3. Elaborar (e disponibilizar na intranet do GPEARI) um glossário para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens;
- Ação 4. Elaborar (e disponibilizar) um código de conduta que garanta o respeito pela dignidade das mulheres e dos homens no local de trabalho;
- Ação 5. Implementar medidas e ações no âmbito da igualdade entre mulheres e homens, designadamente ações de formação – em 2010, 2011 e 2012;
- Ação 6. Elaborar o Plano para a Igualdade do MF;
- Ação 8. Criar um espaço na intranet do GPEARI para sugestões e dúvidas relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a protecção da maternidade e paternidade;
- Ação 9. Elaborar (e disponibilizar) um boletim informativo sobre os direitos e deveres dos trabalhadores/as, incluindo assuntos de igualdade e não discriminação em função do sexo, maternidade e paternidade;
- Ação 10. Incluir, no inquérito de satisfação dos colaboradores, uma questão sobre a igualdade entre homens e mulheres, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a protecção da maternidade e paternidade.

### Medidas não concluídas:

- Ação 2. Elaborar o plano estratégico do GPEARI, com inclusão de objetivos explícitos e mensuráveis relacionados com igualdade de género;
- Ação 7. Elaborar (e divulgar na intranet) o plano de formação do GPEARI, tendo presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens.

No âmbito da ação 5 foram realizados 2 workshops sobre Género e Igualdade na Administração Pública em parceria com a CIG e a SG/MF. O primeiro ocorreu 30 de outubro e teve como tema “O impacto de género na melhoria das organizações”, tendo assistido 28 formandos. O segundo workshop foi sobre “O Género nas estratégias e nas práticas comunicacionais da administração pública”, tendo sido realizado a 6 de novembro para 31 formandos.

As ações 2 e 7 não se concretizaram devido à necessidade de resolução de situações não esperadas que se revelaram prioritárias.

A ação 11 não teve execução uma vez que, no auto diagnóstico, não foram detetadas insuficiências que carecessem da implementação de medidas adicionais.

Em 2012 e de acordo com os indicadores apresentados no anexo A4 com dados do Balanço Social do GPEARI, verificou-se uma evolução favorável em alguns aspetos da perspetiva de género, nomeadamente:

- A taxa de feminização mantém a tendência decrescente passando de 66% em 2010 e 62% em 2011 para 59% em 2012 apresentando portanto uma evolução positiva;
- Registou-se a manutenção do gozo da licença de paternidade.

A nível ministerial, foi apresentado a 24 de fevereiro de 2012, o Relatório de Execução do IV PNI em 2011 que relata a contribuição do Plano para a Igualdade do MF para a execução das medidas previstas no IV PNI. Adicionalmente, foi atualizada a informação referente ao MF no Portal para a Igualdade.

## IV. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Num contexto de crescentes exigências colocadas ao longo do ano de 2012 e que se perspetiva que se mantenham em 2013, é imperioso repensar a estrutura organizacional do GPEARI. Neste sentido, ao longo de 2013 procurar-se-á, tendo em conta os constrangimentos orçamentais que enfrentamos, redefinir a estrutura orgânica do GPEARI assim como reajustar o quadro de recursos humanos no sentido de potenciar a capacidade crítica em áreas chave de atuação do GPEARI, e por esta via melhorar a qualidade do serviço prestado e da informação produzida e disponibilizada.

Adicionalmente é de mencionar o desafio encetado no início de 2013 de centralização na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças de serviços comuns nas áreas de recursos humanos, financeiros, logísticos e patrimoniais. Trata-se de um processo ambicioso ao nível do Ministério das Finanças e exigente para cada um dos serviços envolvidos. Dadas as vantagens que daqui advém para cada organismo envolvido e para o Ministério das Finanças como um todo, o GPEARI manterá o empenhamento no sentido de contribuir para o sucesso deste projeto.

## ANEXOS

## A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AICEP Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAfD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CAF	Corporação Andina de Fomento
CC	Conselho Coordenador
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DFP	Divisão de Finanças Públicas
DGAC	Direção-Geral dos Assuntos Comunitários
DGCI	Direção-Geral dos Impostos
DGAL	Direção-Geral da Administração Local
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DG ECFIN	Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DMP	Divisão de Modelização e Previsão
DMS	Divisão de Mercados e Serviços
DPE	Divisão de Políticas Europeias
DRB	Divisão de Relações Bilaterais
DRM	Divisão de Relações Multilaterais
DSCI	Direção de Serviços de Cooperação e Instituições
DSPCG	Direção de Serviços de Planeamento e Controlo da Gestão
DSRSI	Direção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EIPA	European Institute of Public Administration
EFIR	European Financial Integration Report Expert Group
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EUROMED	Euro-Mediterranean Partnership
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEI	Fundo Europeu de Investimento

FEMIP	Facilidade Euro-Mediterrânica para o Investimento e Parcerias
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GEGRFS	Government Expert Group on Retail Financial
GERFiP	Gestão Partilhada de Recursos Financeiros da Administração Pública
GMEF	Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças
GOP	Grandes Opções do Plano
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GSEAF	Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
GSEAP	Gabinete do Secretário de Estado e da Administração Pública
GSEAO	Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
GSETF	Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
GT FUESEN	Grupo de trabalho para a constituição de um ficheiro único de unidades estatísticas do Sistema Estatístico Nacional
IIE	Iniciativa para o Investimento e o Emprego
IIMFAP	Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPSS	Instituições Particulares Sem fim Lucrativo
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
MEID	Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PEMFAP	Plano Estratégico para o Ministério das Finanças e da Administração Pública
PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PNI	Plano Nacional para a Igualdade
PTH	Pagar a Tempo e Horas
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
ROPO	Relatório de Orientação da Política Orçamental
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TAIEX	Technical Assistance and Information Exchange
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

UE	União Europeia
UMC	Unidade Ministerial de Compras
UPE	Unidade de Política Económica
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

## A2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Código de conduta do GPEARI, março 2010
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?		X		
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2011: 43%. Em 2012: 53%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Na DSCI.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Por manifesta carência de pessoal.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?		X		Estão definidas mas não formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Processos contabilísticos.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Embora não formalmente.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Não foi monitorizado, embora seja executado.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existência de <i>passwords</i> e de e certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			



### A3. QUADROS DO BALANÇO SOCIAL

QUADRO 1.		Indicadores do Balanço Social														
Indicador	Unidade	Descrição	2008	2009			2010			2011			2012			
				M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	
Nível etário	anos	Soma das idades /Total de recursos humanos	42	42	41	41	41	40	41	37	41	40	35	44	44	
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > 55 anos / Total de recursos humanos	20	15	16	16	13	10	11	12	14	13	22	15	18	
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	66	-	-	70	-	-	66	-	-	62	-	-	59	
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	49	46	65	59	47	62	57	65	64	64	67	65	66	
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	27	31	19	23	27	24	25	12	21	18	11	23	18	
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	80	77	84	82	73	86	82	76	86	82	78	88	84	
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública /Total de recursos humanos	n.d.	17	14	15	15	12	13	12	15	14	18	15	16	
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	15	8	10	9	33	21	25	47	39	42	17	19	18	
Índice de saída	%	Número de saídas /Total de recursos humanos	24	23	6	11	7	24	18	29	43	38	11	27	20	
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * xNúmero total de recursos humanos)	4	0	8	6	2	7	5	3	8	6	2	4	3	
Leque salarial	nº	Maior remuneração base / Menor remuneração base	9	5	9	9	5	6	9	4	6	9	5	5	9	

QUADRO 2.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género								ANO: 2012
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	CT em funções públicas por tempo indeterminado		Comissão de serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código de Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)			1	2			1	2	3
Dirigente intermédio a)			1	4			1	4	5
Técnico superior	11	17			1		12	17	29
Assistente técnico	1	1					1	1	2
Assistente operacional	1	0					1	0	1
Informático	2	2					2	2	4
Total	15	20	2	6	1	0	18	26	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 3.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género																				ANO: 2012
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)							1	2											1	2	3
Dirigente intermédio a)							1	3		1									1	4	5
Técnico superior		2	4	3	3	3	1	6		1			1	1	3	1			12	17	29
Assistente técnico									1					1					1	1	2
Assistente operacional							1												1	0	1
Informático					1						1	1		1					2	2	4
Total	0	2	4	3	4	3	4	11	1	2	1	1	1	3	3	1	0	0	18	26	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 4.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo nível de antiguidade e género																		ANO: 2012			
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-29		30-34		35-39		40 ou mais		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente superior a)				1	1	1														1	2	3
Dirigente intermédio a)					1			4												1	4	5
Técnico superior	4	6	2	3	1	2	1	2		2		1				3	1	1		12	17	29
Assistente técnico												1					1			1	1	2
Assistente operacional					1															1	0	1
Informático							1								2	1				2	2	4
Total	4	6	2	4	4	3	2	6	0	2	1	1	0	2	4	2	1	0		18	26	44

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 5.	Contagem dos trabalhadores admitidos ou regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação																ANO: 2012
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Procedi- mento concursal		Cedência de interesse público		Mobilidade interna a órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de serviço		CEAGP		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)										2					0	2	2
Dirigente intermédio a)						1									0	1	1
Técnico superior					1	2							2		3	2	5
Assistente técnico															0	0	0
Assistente operacional															0	0	0
Informático															0	0	0
Total	0	0	0	0	1	3	0	0	0	2	0	0	2	0	3	5	8

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 6.	Contagem das saídas dos trabalhadores contratados e nomeados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género										ANO: 2012
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Reforma/aposentação		Mobilidade Interna		Comissão de serviço		Outros		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)								2	0	2	2
Dirigente intermédio a)								1	0	1	1
Técnico superior			1	1	1			2	2	3	5
Assistente técnico		1							0	1	1
Assistente operacional									0	0	0
Informático									0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>9</b>

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 7.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo a modalidade de horário de trabalho e género										ANO: 2012
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Rígido		Flexível		Jornada contínua		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente superior a)							1	2	1	2	3
Dirigente intermédio a)							1	4	1	4	5
Técnico superior	12	17							12	17	29
Assistente técnico	1	1							1	1	2
Assistente operacional	1	0							1	0	1
Informático	2	2							2	2	4
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>18</b>	<b>26</b>	<b>44</b>

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

QUADRO 8.	Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira e género, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género				ANO: 2012
Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Tempo Completo (35 horas)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	
Dirigente superior a)	1	2	1	2	3
Dirigente intermédio a)	1	4	1	4	5
Técnico superior	12	17	12	17	29
Assistente técnico	1	1	1	1	2
Assistente operacional	1	0	1	0	1
Informático	2	2	2	2	4
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>26</b>	<b>18</b>	<b>26</b>	<b>44</b>

Nota: a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro).

#### A4. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2012 (EM EUROS)

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO - Geral							
				Inicial	Corrigido	Pagamentos Líquidos	Saldos
010000	Despesas com pessoal			1.268.511	1.100.153	1.012.502	87.651
010100			Remunerações certas e permanentes	1.062.107	908.517	849.441	59.076
010103	00	00	Pessoal em funções	802.479	699.509	696.352	3.157
010108	00	00	Pessoal aguardando aposentação		1860	1831	29
010109	00	00	Pessoal em qualquer outra situação	183.540	144.741	90.875	53.866
010111	00	00	Representação	31529	27.550	26.160	1390
010112	00	00	Suplementos e prémios	2.566	2.713	2.504	209
010113	00	00	Subsídio de refeição	39.266	30.646	30.223	423
010114	00	00	Subsídios de férias e de Natal	2.727	1498	1497	1
010200			Abonos variáveis ou eventuais	51.742	36.974	27.741	9.233
010202	00	00	Horas extraordinárias	1100	1953	160	1793
010204	00	00	Ajudas de custo	40.205	30.069	23.188	6.871
010208	00	00	Subsídio de alojamento	10.437	2.133	1565	568
010212	00	00	Indemnização cessação de funções		2.280	2.279	1
010214	00	00	Outros abonos em numerário		539	538	1
010300			Segurança social	154.662	154.662	135.320	19.342
010301	A0	00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	20.139	20.269	15.840	4.429
010303	00	00	Subsídio familiar a crianças e jovens	1051	1051	1051	0
010303	A0	09	Subsídio familiar a crianças e jovens		1880	1880	0
010305	A0	A0	Caixa Geral de Aposentações	95.728	92.598	82.541	10.057
010305	A0	B0	Segurança Social	37.744	38.864	34.009	4.855
020000	Aquisição de bens e serviços			260.415	234.481	133.661	100.820
020100			Aquisição de bens	17.063	13.588	5.817	7.771
020102	00	00	Combustíveis e lubrificantes	4.500	3.600	2.559	1041
020104	00	00	Limpeza e higiene	1500	1500	455	1045
020108	00	00	Material de escritório	5.000	4.000	1838	2.162
02.02.01.14.00.00			Outros material-Peça		1175	866	309
020118	00	00	Livros e documentação técnica	2.063	113	0	113
020121	00	00	Outros bens	4.000	3.200	99	3.101
020200			Aquisição de serviços	243.352	220.893	127.844	93.049
020203	00	00	Conservação de bens	5.500	4.950	3.018	1932
020205	B0	00	Locação de material de informática - Software informático	24.200	200	0	200
020205	C0	00	Locação de material de informática - outros	15.000	15.000	8.947	6.054
020209	A0	00	Acessos à internet	3.500	3.150	1006	2.144
020209	C0	00	Comunicações fixas de voz	6.500	5.850	3.728	2.122
020209	D0	00	Comunicações móveis	6.000	8.600	3.454	5.146
020209	F0	00	Outros serviços de comunicações	600	540	448	92
020210	00	00	Transportes	2.000	2.000	854	1.146
020211	00	00	Representação dos serviços	2.500	2.500	795	1705
020212	B0	00	Seguros - outros	1000	1000	79	921
020213	00	00	Deslocações e estadas	95.000	101590	82.468	19.122
020213	A0	09	Deslocações e estadas - Dívidas de anos anteriores		3.910	3.582	328
020214	B0	00	Estudos, pareceres, projectos e consultoria - outros	500	200	0	200
020215	A0	00	Formação - tecnologias da informação e comunicação	2.000	2.000	0	2.000
020215	B0	00	Formação - outras	22.000	20.717	9.739	10.978
020220	B0	00	Outros trabalhos especializados - Pagamentos à GeRAP	51552	44.836	9.166	35.680
020220	C0	00	Trabalhos especializados - outros	500	350	0	350
020225	00	00	Outros serviços	5.000	3.500	571	2.929
060000	Outras despesas correntes			42.113	0	0	0
060203	R0	00	Reserva	42.113	0	0	0
070100	Investimentos			53.387	22.982	9.326	13.656
070107	A0	B0	Equipamento de informática - outros	26.387	20.932	9.326	11606
070109	A0	B0	Equipamento administrativo	26.000	1050	0	1050
070110	A0	B0	Equipamento básico	1000	1000	0	1000
TOTAIS				1.624.426	1.357.616	1.155.489	202.127

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO Cooperação							
				Inicial	Corrigido	Pagamento s Líquidos	Saldos
010000	Despesas com pessoal			1.278.316	670.187	599.136	71.051
010100			Remunerações certas e permanentes	848.510	495.063	468.840	26.223
010103	00	00	Pessoal em funções	321747	240.281	240.007	274
010109	00	00	Pessoal em qualquer outra situação	256.600	138.710	126.836	11874
010111	00	00	Representação	7.763	8.335	7.339	996
010112	00	00	Suplementos e prémios	250.000	91859	86.254	5.605
010113	00	00	Subsídio de refeição	12.400	9.378	8.403	975
010114	00	00	Subsídios de férias e de Natal		6.500	0	6.500
010200			Abonos variáveis ou eventuais	347.564	99.134	82.708	16.426
010204	00	00	Ajudas de custo	322.364	80.414	66.118	14.296
010208	00	00	Subsídio de alojamento	25.200	18.720	16.590	2.130
010300			Segurança social	82.242	75.990	47.589	28.401
010301	A0	00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	8.584	8.584	5.513	3.071
010305	A0	A0	Caixa Geral de Aposentações	44.012	44.012	27.795	16.217
010305	A0	B0	Segurança Social	11646	11646	11457	189
010309	00	00	Seguros (saúde)	18.000	11.748	2.824	8.924
020000	Aquisição de bens e serviços			460.601	308.001	225.066	82.935
020100			Aquisição de bens	4.000	1.600	419	1.181
020102	00	00	Combustíveis e lubrificantes	1000	800	396	404
020108	00	00	Material de escritório	500	400	23	377
020118	00	00	Livros e documentação técnica	2.000	0	0	0
020121	00	00	Outros bens	500	400	0	400
020200			Aquisição de serviços	456.601	306.401	224.647	81.754
020203	00	00	Conservação de bens	500	450	85	365
020209	F0	00	Outros serviços de comunicações	500	450	0	450
020210	00	00	Transportes	2.000	2.000	308	1692
020211	00	00	Representação dos serviços	4.100	2.700	2.169	531
020212	B0	00	Seguros - outros	501	7.301	3.241	4.060
020213	00	00	Deslocações e estadas	446.000	275.882	205.707	70.175
020213	00	09	Deslocações e estadas - Anos anteriores		4.518	4.517	1
020215	A0	00	Formação - tecnologias da informação e comunicação	1000	1000	312	688
020215	B0	00	Formação - outras	1000	1000	600	400
020220	C0	00	Outros		3.400	3.395	5
020225	00	00	Outros serviços	1000	7.700	4.313	3.387
050000	Subsídios			31.925	31.925	2.593	29.332
050803	00	00	Subsídios - famílias - outras	31925	31925	2.593	29.332
060000	Outras despesas correntes			45.075	0	0	0
060203	R0	00	Reserva	45.075	0	0	0
070000	Investimentos				80.000	79.693	308
070108	A0	B0	Software informático - outro		80.000	79.693	308
TOTAIS				1.815.917	1.090.113	906.487	183.626